

Diagonal

■ DEZEMBRO 1994 ■ Nº 6 ■

■ Historiando

1 Ao discursar na última Festa do Avante, o camarada Carlos Carvalhas desafiou o Partido Socialista a pôr termo ao processo de Revisão Constitucional, desencadeado a partir duma surpreendente intervenção do seu Secretário-geral, na sessão parlamentar comemorativa dos 20 anos da Revolução de Abril.

Surpreendente porque o propósito de rever a Constituição não fez parte do programa eleitoral dos principais partidos. Surpreendente pela urgência manifestada em consumá-la e pelo seu conteúdo essencial – uma elaborada construção de engenharia eleitoral bipolarizadora. Surpreendente ainda pois o que naquele momento se esperava, dum partido de oposição, era uma inequívoca condenação da política do governo, tão contrária ao Programa de Abril, e não o convite a uma negociação com o partido governante.

ABERTURA

Sejamos claros. O regime democrático, seriamente ameaçado pela escalada governamentalizadora e autoritária do Governo de Cavaco Silva, precisa dum quadro institucional estável e não de alterações imprevisíveis e sucessivas. Não entendeu assim a Direcção do PS e a proposta que apresentou, em nome da aproximação do eleito ao eleitor, é, no mínimo, incongruente com a sua prática de fazer das eleições legislativas uma competição entre candidatos a primeiro-ministro e onde os candidatos a deputados mal se reconhecem na sombra.

Desde logo classificada de inconstitucional, por destacados juristas como Jorge Miranda, a revisão proposta pelo PS teve do PSD a contra-proposta que era lícito esperar: um projecto de Revisão que, sob o cínico lema da "limpeza semântica" eliminaria da Constituição importantes direitos económicos e sociais, imporia alterações susceptíveis de limitar a independência dos magistrados e abolia a regionalização. O CDS, embalado na onda direita, chegou ao ponto de, no seu projecto, eliminar o adjectivo **democrática** onde existisse a expressão **legalidade democrática**.

O PCP foi o único, entre os maiores partidos, que alertou para os perigos de subversão do regime democrático duma Revisão Constitucional negociada em tais bases.

● ● ●

Temas

VAMOS FALAR DE COMPETITIVIDADE

A próxima realização de um colóquio no Porto sobre "Competitividade", incluído no "Debate com o País, para uma nova política", ofereceu o ensejo de entrevistar o camarada **Carlos Pimenta**, professor da Faculdade de Economia, sobre este tema.

A competitividade condicionou a vida de milhões de cidadãos em todo o mundo. Pontuando o discurso de empresários, ministros e eurocratas, como signo de modernidade e factor essencial para o crescimento da economia, da competitividade vamos conhecendo a precarização do emprego, a perda de direitos dos trabalhadores...

Precisemos o significado do que se pretende designar quando se fala em competitividade. Falar nela em termos económicos é essencialmente referir a importância dos mecanismos concorrenciais no funcionamento do sistema, na resolução das dificuldades que este constantemente enfrenta, na promoção do desenvolvimento económico. A competitividade tem múltiplas e variegadas vertentes que exigem uma apreciação tendo em conta o concreto. A concorrência entre empresas, entre trabalhadores, entre países, entre regiões, entre diferentes agentes económicos situados em diferentes espaços geográficos e sociais manifesta-se nos preços, na qualidade, na distribuição dos bens e serviços, na influência sobre os contextos naturais, sociais e políticos, na penetração nos mercados e na imposição dos usos e costumes de todos nós. O capitalismo é indissociável da competitividade mas a concorrência ultrapassa o seu âmbito geográfico-social. Existiu concorrência em modos de produção anteriores ao capitalismo e foi um problema central nas economias socialistas. Recorde-se a emulação socialista, que mais não é do que a concorrência num novo quadro social, frequentemente associada aos estímulos materiais. A falta de competitividade em muitos sectores das então economias socialistas foram responsáveis pela degradação das suas situações económicas.





Por outras palavras, o que está em jogo no momento presente não é a existência da concorrência, não é a sua eleição como variável importante do funcionamento da economia, mas sim

- o seu enquadramento capitalista, que inevitavelmente engloba a exploração e a existência de profundas desigualdades sociais, económicas e políticas nos contextos nacional (desigualdades na distribuição do rendimento, com tudo o que isso significa) e internacional (coexistência de economias desenvolvidas e subdesenvolvidas numa relação dialéctica de coexistência mútua, subdesenvolvimento que gera subdesenvolvimento);
- o empolamento da sua importância pelas escolas liberais e neoliberais, propondo que passe de factor importante do funcionamento económico para seu elemento exclusivo, com recusa de compreender e aceitar outras formas de funcionamento e intervenção social;
- o alastramento da competitividade a todas as esferas da vida individual e social, isto é, a sobreposição da «racionalidade» económica aos valores multifacetados da relação entre os homens: os valores morais e éticos, a cooperação e a solidariedade, o lúdico e o amor, o sonho e a criação intelectual, os comportamentos individuais e a organização e funcionamento da família, as relações de vizinhança e tudo o mais que tem dado sentido à vida das pessoas e das sociedades, surgem dominados, controlados, subjugados pela influência do económico, pelas regras da concorrência desenfreada.

Quando referes que a competitividade tem estado estreitamente associada, em muitas situações, à precarização das condições de trabalho, o que é verdade, apenas estás a referir que a absolutização das regras da concorrência num contexto capitalista, de exploração, conduz a uma estratégia de funcionamento das empresas de

redução dos custos e desvalorização da força de trabalho – estratégia que se intensifica nas épocas de crise, como a que temos vivido nos últimos anos. É o trabalho que cria valor mas é o capital constante que transfere mais-valia entre empresas situadas no mesmo mercado. Numa lógica de desenvolvimento económico-social, de criação de riqueza e de obtenção de bem-estar dever-se-ia privilegiar a força de trabalho, mas numa perspectiva de empresa isolada inserida num mercado concorrencial, a apropriação de mais-valia criada pelo conjunto das empresas do ramo é o seu objectivo fundamental.

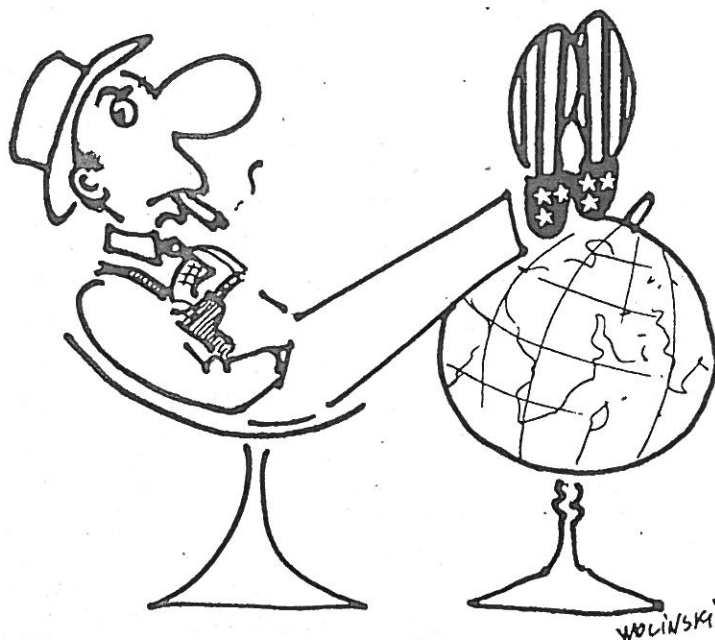
É uma forma de manifestação da contradição entre a natureza privada da propriedade e a natureza social da produção que Marx tanto enfatizava. Uma contradição que em alguns aspectos pode assumir hoje menos importância que na época de Marx, mas que atendendo a muitos outros, essenciais, tem hoje uma relevância que ele talvez não tivesse suspeitado. Menos importância devido à protecção social existente em alguns países desenvolvidos, maior importância pela monopolização e transnacionalização da produção.

Os defensores da competitividade como instrumento supremo de resolução das situações económicas desvalorizam ou combatem todas as formas de intervenção do Estado. Não são conciliáveis as duas vertentes do problema?

De facto os defensores da competitividade como único mecanismo susceptível de regular o funcionamento da economia consideram desnecessárias, improfícuas e desvantajosas as intervenções do Estado. Consideram-nas enquanto mecanismo interveniente na reprodução do sistema capitalista e, o que nem sequer lhes passa pela cabeça, como instrumento de transformação social.

Penso que a pergunta tinha subjacente a primeira vertente da intervenção do Estado, mas gostaria de começar por fazer alguma referência à segunda.

Todo o sistema económico-social nasce, transforma-se e morre. O capitalismo não é, obviamente, excepção. O peso ideológico do economicismo, ideologia do capitalismo,



▼ nos é fornecido, conhecemos aquilo que querem que conheçamos, pensamos o que nos aconselham implicitamente e o que as modas sociais nos impõem. Certo, esta é uma caricatura do quotidiano, todos nós temos possibilidade de intervir e modificar, alguns terão a possibilidade de romper essas amarras e até serão apresentados como os modelos da vitória individual, mas para a grande generalidade dos cidadãos do mundo a realidade quotidiana tem muito de parecido com o que foi apresentado. Modificar essa situação passa por alterar a repartição do rendimento nos planos mundial, nacional, regional e local. Alterar radicalmente a repartição de rendimento exige alterar profundamente as relações sociais de produção, o que não deixa de estar estritamente relacionado com a propriedade dos meios de produção e outros.

A competitividade reproduz o essencial das relações de produção existentes, a repartição do rendimento. Os modelos liberais conduzem ao reforço da concentração, independentemente das formas que assumam.

O capitalismo elegeu como «cavalo de batalha» contra as economias socialistas o lema dos direitos humanos, encarados do ponto de vista formal e político. Por absurdo o capitalismo é a negação dos direitos humanos através da desigual distribuição do rendimento, o que rapidamente conduz para suas violações mesmo nos planos formal e político.

Numa época de acentuada globalização da economia, de mundialização dos sistemas comunicacionais, que espaço de autonomia restará ao Estado-nação?

Essa é uma questão muito complicada. A internacionalização crescente e acelerada da produção de usos e costumes, da produção de ideologia e da produção de mercadorias reduz o espaço de vivência autónoma e de intervenção nacional, para a grande imensidade dos países periféricos. De uma maneira muito simples poderemos dizer que o espaço nacional é tanto mais vivido quanto maior for a capacidade de intervenção imperialista de um país e das suas empresas e tanto menor

quanto maior for a sua perifericidade. Os actuais fenómenos de integração económica são parte integrante da luta pelas hegemonias imperialistas e pela criação de sistemas subimperialistas, em muitos casos (na América Central e do Sul, na Ásia, na África) perfeitamente fictícios. O controlo imperialista faz-se, directamente, pelo funcionamento dos mercados capitalistas e pela competitividade e, indirectamente, pelos organismos internacionais (com particular destaque para o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional).



Mas ao mesmo tempo que existe esta desvalorização do espaço-nação existem fenómenos contrários: crescente importância do regional e local nas políticas económicas, defesa da diversidade, procura dos «nichos de mercado». Existe o reaparecimento exacerbado dos nacionalismos.

A capacidade de afirmação do Estado-nação depende do grau de intervenção do Estado e da sua natureza. E aqui reencontramos um espaço de acção política. Não o único, mas um importante, insubstituível.

Sendo a competitividade uma realidade permanente e premente do mundo actual, a criação de uma união política no espaço europeu não poderá considerar-se irreversível e inevitável?

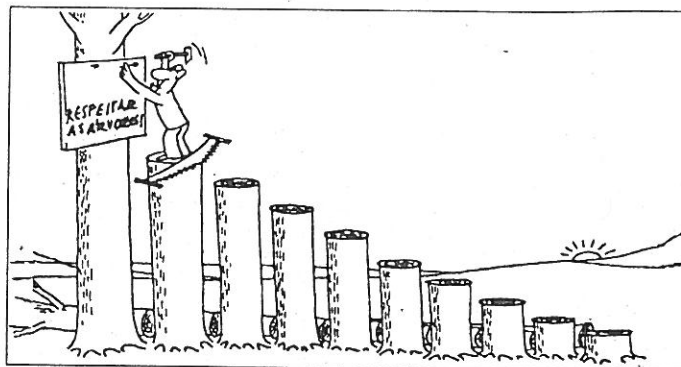
O que fomos dizendo nas respostas anteriores é suficiente para respondermos a esta pergunta. Não existem inevitabilidades históricas, assim como não existem determinismos históricos.

A formação dos países ou resulta de «consensos» generalizadamente aceites ou de domínio de uns contra os outros. Os referendos recentes sobre o Tratado de Maastrich e sobre a adesão à CEE mostraram que os cidadãos europeus estão profundamente divididos. Tendo o resultado sido favorável ou desfavorável para União Europeia a população divide-se quase sempre, quando teve a oportunidade de se exprimir, ao meio. Podemos, pois, dizer que a União Económica e a pretensão da União Política não passa pelos consensos. Passa pela força, pela força económica de alguns que procuram e dominam o seu espaço subimperialista.

Existem alternativas a esta absolutização da competitividade?

Existem sempre alternativas, é preciso é descobri-las, reencontrá-las. Preciso é agitar, mobilizar, transformar.

Seria vã pretensão apresentar aqui qualquer sugestão. Apenas reafirmamos que é urgente reencontrar o sentido estratégico de cada luta, promover um amplo e profundo debate teórico e ideológico, redescobrir Marx e voltar a estudar, com uma outra compreensão, os textos e acção dos revolucionários de todo o mundo.





o facto de vivermos uma fase descendente do ciclo da luta revolucionária e progressista (derrocada temporária do sistema socialista, níveis de subdesenvolvimento aterradores, profundas desigualdades sociais, redução da luta dos trabalhadores e dos povos, hegemonia dos EUA na cena política mundial, racismo, xenofobia, guerra, corrupção, droga e barbárie) pode lançar-nos dúvidas sobre os exactos caminhos a percorrer, sobre os cenários alternativos ao capitalismo, mas não permite, pela mais simples racionalidade histórica, pôr em causa o fim deste sistema. As contradições do sistema mostram que no processo de transformação os factores de conflito tenderão a ser muito maiores que os factores de cooperação, pelo que o Estado, um Estado com determinadas características classistas, terá um importante papel a desempenhar.

Voltemos então ao que foi perguntado. De facto as teses liberais e neoliberais combatem a intervenção do Estado. Aproveitando-se de uma certa fadiga dos cidadãos contra a prepotência da Administração Pública e a exploração de que são alvo por seu intermédio, essas escolas têm um discurso aparentemente atraente e facilmente

propagam ideologia. As suas teses assentam num conjunto de falácias: dizem que a intervenção do Estado nega a igualdade de oportunidades para os intervenientes do mercado e desregula-no mas a desigualdade de oportunidades e possibilidades é o que efectivamente existe na economia e os mercados não se auto-regulam. Defender a não intervenção do Estado – impossibilidade histórica, pois existem diversas vias de sobre-determinação do económico pelo político – é pugnar pela liberdade de actuação dos grupos monopolistas, do grande capital, contra os trabalhadores, os cidadãos, o pequeno capital. É também defender o capital dos centros imperialistas contra os países semiperiféricos, como o nosso, e periféricos, grande parte do globo. Dada a grande concentração do capital, dada a importância actual da economia subterrânea e a relevância, dentro desta, da droga e do tráfico de armas, defender a não intervenção do Estado é promover esses contra-poderes.

É perfeitamente possível, e saudável, conciliar a intervenção do Estado, expressando a correlação de forças sociais e políticas, com a competitividade, expressando a correlação de forças económicas.

A concorrência é hoje comandada por um grupo restrito de empresas que dominam os mercados mundiais. Como é que esta situação se coaduna com as liberdades individuais?

A liberdade individual está cada vez mais limitada, condicionada, esmagada. As liberdades individuais, pelas quais lutámos tantos anos e que continuamos a considerar um valor fundamental da organização político-social dos povos, são uma conquista importante das massas populares que correspondem a justos anseios dos cidadãos e são uma potencialidade de transformação futura. O Estado é a expressão da correlação de forças sociais existentes num determinado momento e da sua capacidade de se exprimir nas organizações políticas. Quanto mais esse Estado for capaz de exprimir as diversas tendências socialmente existentes e actuar em conformidade com elas (entendendo que a diversidade de preocupações é a essência da sua natureza superestrutural) mais condições existem para o funcionamento das liberdades individuais.

Esta é uma vertente da luta, sobre a qual podemos ter uma acção quotidiana decisiva, mas não podemos esquecer que a democracia política, para ser plena e real, deve conjugar-se com a democracia económica e com a justiça social. E democracia económica é a plena igualdade de acesso de todos os cidadãos aos bens possíveis de usufruir no actual nível civilizacional, é a igualdade de oportunidades, é a plena utilização das suas capacidades. A democracia económica, neste sentido, pode ser a negação da competitividade como ela é actualmente compreendida e praticada no quadro capitalista.

Os nossos gostos e os bens que usufruímos, a informação que possuímos e as leituras que fazemos da realidade que nos cerca, os lazeres, as escolhas e acções processam-se nos estritos limites definidos pelo grande capital internacional. Crescemos onde podemos, estudamos até onde nos consentem, trabalhamos onde garantimos a sobrevivência, gastamos no que nos é posto à disposição, distraímos-nos com o que

